7º SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ABRI – RUMO À MULTIPOLARIDADE?
06, 12 A 14 DE DEZEMBRO DE 2024
UFRGS – RIO GRANDE DO SUL

ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

AS ALTERAÇÕES POLÍTICAS ESTADUNIDENSES E A HEGEMONIA MONETÁRIA DOS EUA: UMA ANÁLISE DE 1989 A 2022

Autora: Janypher Marcela Inácio Soares, Dra.
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais – PPGRI/UFSC

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo tem o objetivo de relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA. Assim, ele inicia pela explanação a partir do poder monetário internacional. Marques (2016), afirma que, o poder monetário é alcançado por um Estado, a partir de sua moeda. Quando essa, tem a capacidade de alterar condições econômicas internacionalmente, de modo que, os objetivos políticos do emissor sejam alcançados.

Esse poderio, pode ser analisado no aspecto macro e no aspecto micro. Focando no aspecto macro, e tendo em vista, os elementos pontuados por Cohen (2006), é possível verificar que, por meio do dólar americano, os EUA expressam seu poder monetário no âmbito internacional. Mais especificamente, por meio da influência e da autonomia detida pelos EUA.

Em se tratando do hegemon, esse, pode ser compreendido como o estabilizador internacional, cuja ação, contribui para a estabilidade do sistema. Em se tratando da hegemonia monetária internacional, pode-se dizer que, o detentor dessa hegemonia, deve estabelecer padrões, assumir encargos e garantir um ambiente internacional favorável ao livre comércio (KINDLEBERGER, 1973; GILPIN, 1981; FERNANDES, 2015). Os Estados Unidos, desde 1945, desenvolvem essa hegemonia.

A partir da compreensão das premissas partidárias, das leis aprovadas nos Congressos, das Ordens Executivas expedidas pelos presidentes e do comportamento político norte-americano, para o intervalo de 1989 até 2022, pode-se perceber que, exceto o Presidente Trump, todos buscaram a manutenção da hegemonia norte-americana (WRIGHT, 2016). É importante ressaltar aqui, que, apesar das diferentes interpretações dos caminhos que essa hegemonia poderia seguir, todos os demais, republicanos e democratas, demonstraram preocupação com o cumprimento dos acordos dos regimes internacionais.

Em se tratando especificamente da hegemonia monetária internacional, mesmo com a manutenção da predominância do dólar enquanto moeda internacional, há um movimento de crescimento de potências emergentes. Isso, atrelado ao fato do risco de sanções e da instabilidade verificada com a crise de 2008, fez com que, apesar de uma elevada autonomia e de uma ampla influência dos EUA para com o resto do mundo, o cenário atual é muito diferente do cenário do início do século XXI. Nesse sentido, Strange (1994), já afirmava que, os EUA não perderam de fato, o poder dentro e sobre o sistema. O que pode ter acontecido é que, eles mudaram de ideia sobre a utilização desse poder.

Palavras-chave: Hegemonia monetária; dólar americano; Estados Unidos.

INTRODUÇÃO

É por meio da expressão do poder monetário, que a manutenção da moeda é possível. Apesar da vasta explanação acerca do poder, e de haver várias formas de compreendê-lo, Cohen (2015, p. 29, tradução nossa), afirma que, “a análise do poder deve lidar com quatro grupos principais de questões. Esses, dizem respeito, ao significado, às fontes, aos usos e aos limites do poder. Para todos os quatro grupos, o contexto, é claramente importante. Essa definição vale inclusive para questões de cunho monetário.

Para uma moeda ser considerada internacional, ela deve exercer, tanto para agentes públicos quanto para agentes privados, algumas funções fora do espaço territorial do emissor. A moeda internacional, deve então, ter a possibilidade de ser conversível. Servindo, assim, a não residentes no país emissor. Esses, por sua vez, poderão utilizá-la para suas decisões de gasto e alocação em portfólio (TORRES FILHO; POSE, 2018).

Ao longo do tempo, diversas foram as moedas utilizadas como moeda internacional. De maneira geral, pode-se dizer que, quando há um Estado forte por trás de uma moeda, essa, pode ser utilizada no âmbito internacional, em maior ou menor escala (COHEN, 2015). Tem-se, como exemplo, a libra esterlina (Século XIX), e o dólar americano (Século XX).

Há casos também, em que o país opta pelo não estímulo da utilização internacional de suas moedas. Alemanha e Japão, podem ser considerados exemplos de países que, ao longo da história, tiveram a oportunidade de estimular, ou não, a ampla utilização de suas moedas no cenário internacional. E, optaram por não o fazer (HELLEINER; KIRSHNER, 2009; CHEY, 2012). Isso se deve ao fato de que, além do privilégio exorbitante (EICHENGREEN, 2011), de ser o emissor da moeda internacional dominante, há também custos envolvidos. E, em muitos casos, como nos casos supracitados, o país acaba considerando que, o saldo líquido dessa relação, não é interessante para o seu país (GOURINCHAS; REY; GOVILLOT, 2010; CHEY, 2012).

Cohen (2015), afirma que, apesar da relação uso nacional de uma moeda e o poder do país emissor nem sempre ser óbvia, uma premissa, pode ser considerada, a de uma relação de endogeneidade mútua. Onde, o poder estatal, possui um papel de variável independente, orientando a escolha da moeda. E, uma moeda, não será utilizada além das suas fronteiras, se o Estado emissor não dispuser de uma posição relevante, no que tange a aspectos econômicos e políticos no mundo todo. “Uma moeda não se tornará ‘grande’ a menos que o seu emissor já seja ‘grande’ também” (COHEN, 2015, p. 77, tradução nossa, grifo do autor) . Todo esse prelúdio, é sintetizado pelo autor na definição chamada de, poder monetário internacional .

A análise do poder monetário, visa responder aos seguintes questionamentos, o que acontece com o poder do Estado quando o dinheiro nacional passa a ser usado para fins

internacionais? Ou ainda, que valor é acrescentado pela internacionalização da moeda? Há diversas funções que uma moeda internacional pode desempenhar, como cada uma dessas funções impacta a capacidade global de um governo? Qual o efeito do poder do Estado em cada uma das funções da moeda? Existe interdependência entre os papéis? Quais os impactos relativos e cumulativos? Todos esses questionamentos, elencados por Cohen (2015), justificam esta pesquisa.

Assim, para este estudo, é considerado que, por meio do exercício do poder monetário, os EUA expressam sua hegemonia perante os demais. Apesar das diversas formas dessa hegemonia ser expressa, aqui, será abordado especificamente, a hegemonia monetária. Que na visão de Norrlöf (2014), é perpetuada, tanto em termos de influência, quanto de autonomia, a partir do poder monetário fruto das capacidades monetárias, quais sejam, PIB, comércio, mercado de capitais e despesas com defesa.

Dessa forma, ao longo deste trabalho, em se analisando cada um dos presidentes do período proposto, é verificada a questão da hegemonia monetária, expressa por meio da influência e da autonomia dos EUA para o momento em questão. Assim, o objetivo deste estudo é relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA.

DESENVOLVIMENTO

PODER MONETÁRIO INTERNACIONAL E A HEGEMONIA MONETÁRIA INTERNACIONAL

Marques (2016, p. 173), define poder monetário como a “capacidade da moeda de alterar condições econômicas internacionalmente, de maneira a atingir os objetivos políticos de seu Estado emissor”. Essa garantia, deverá ser alcançada, com um prejuízo mínimo sobre a relevância desse para a economia internacional e, com o “máximo possível de resistência às pressões relacionadas ao ajuste do balanço de pagamentos por parte do Estado emissor”. Em outras palavras, o poder monetário trata da capacidade de uma moeda de modificar as condições internacionais, de tal forma que, o Estado emissor da moeda em questão possa alcançar seus objetivos políticos com o menor custo, obtendo o maior benefício possível.

Andrews (2006a), afirma que, o poder monetário internacional, acontece, quando o comportamento de um Estado muda, por conta da sua relação monetária com outro Estado. A política monetária, por sua vez, se refere ao ajuste consciente e intencional das relações monetárias para influenciar as políticas de outros estados. O autor (2006a), visa trazer em sua conceituação a questão do poder como uma questão relacional, onde, o comportamento de um Estado muda, como resultado de sua ação com o outro, adotando assim, uma visão de causalidade.

As formas para o exercício do poder monetário podem ser compreendidas tanto no nível macro, ou seja, no nível do Estado nacional, cujo debate central versa sobre os desequilíbrios do balanço de pagamento. Quanto no nível micro, onde a questão principal é quem se beneficia da organização dos assuntos monetários internacionais, das ações desses atores não estatais e grupos de interesse. Pois, esses grupos possuem relação com a capacidade do dinheiro de mudar identidades e interesses dos atores (ANDREWS, 2006b; COHEN, 2006). Apesar da divisão, utilizada para melhor compreensão, ambos os níveis estão interligados, e o comportamento do micro, pode resultar em uma resposta a nível macro. Por exemplo, uma pressão das famílias e de setores específicos resultando em uma mudança política. Ou ainda, em um exemplo, predominantemente micro, interesses de produtores e consumidores de uma taxa ou regime cambial específico, que beneficie apenas seu segmento. Dependendo do poder desses atores, o impacto, poderá ser maior ou menor.

Já a hegemonia, pode se apresentar em diversas frentes. Quer seja por meio da posse das matérias-primas, fontes de capital, vantagens competitivas, produções com alto valor agregado, estabilizador da economia internacional, mantenedor da abertura comercial, emprestador de última instância ou detentor do amplo poderio bélico (KINDLEBERGER, 1973; KINDLEBERGER, 1986; NORRLÖF, 2010; KEOHANE; NYE, 2012; NORRLÖF, 2020). A partir da análise até aqui realizada, é possível dizer que, os EUA formam uma hegemonia. Seu Estado possui maior relevância e avanço frente aos demais, exerce influência internacional baseada em sua autonomia e possuem poder nos regimes internacionais, quer seja com poder de veto ou de maior participação em organismos internacionais (KRASNER, 1976; KINDLEBERGER, 1986; COHEN, 2009; COHEN, 2015).

A busca pela compreensão da definição dos termos hegemonia monetária e poder monetário, propriamente dita, a partir do caso dos EUA, podem gerar prejuízos para a obtenção de uma definição clássica (MARQUES, 2016). Norrlöf (2020, p. 1301, tradução nossa), por sua vez, afirma que, a liderança norte-americana na esfera monetária, serve como propulsora na estabilização da economia internacional, estimulada pela hegemonia do dólar americano. “A liderança monetária dos EUA, deriva da hegemonia monetária e financeira dos EUA e é uma fonte vital da própria hegemonia dos EUA, e não um complemento opcional”.

Cohen (1977, p. 96, tradução própria), afirma que, os EUA não ansiavam, inicialmente, de maneira deliberada, a responsabilidade da gestão monetária global. Porém, ao perceberem a possibilidade de se tornarem, “o gestor financeiro do dinheiro para o mundo”, diferente dos britânicos no século XIX, acataram a responsabilidade, como sendo um misto de “altruísmo e interesse próprio” . Após a Segunda Guerra Mundial, com Europa e Japão devastados, os EUA perceberam a necessidade da reconstrução desse novo mundo, o que os torna altruístas, porém, essa reconstrução, custaria muito dinheiro, dinheiro norte-americano. Nesse novo mundo, de novos organismos internacionais, nova liderança global,

os EUA, privilegiaram-se em larga medida pela não necessidade de manutenção dos déficits de financiamento. Isso significou, uma América com possibilidades de gastos livre, onde, desde que, alinhado aos interesses nacionais, os gastos poderiam ser realizados (COHEN, 1977).

Para que se possa compreender o atributo objetivos políticos (MARQUES, 2016), no que diz respeito existência do poder monetário, e a hegemonia monetária norte-americana, se faz necessário adentrar de fato, no objeto de estudo, os EUA e sua política.

PRINCÍPIOS BASE DOS PARTIDOS DEMOCRATA E REPUBLICANO

Apesar da teoria conceituar hegemonia monetária e poder monetário internacional, cada partido possui as suas bases e as suas compreensões do que seria mais adequado para os EUA. Na busca de sintetizar os elementos até aqui apresentados, e trazer fundamento para a análise da política norte-americana a partir de 1989, o quadro 2, apresenta os princípios base dos partidos democrata e republicano. Foram elencadas, catorze questões, e, a partir dos materiais verificados, pontou-se a relação do partido para com uma das questões.

Quadro 1 – Princípios-base dos partidos democrata e republicano

QUESTÃO ANALISADA	**DEMOCRATA**	**REPUBLICANO**
Incentivo à posse de armas	Não	Sim
Incentivo à diversidade	Sim	Não
Casamento entre pessoas do mesmo sexo	Sim	Não
Restrição ao aborto	Não	Sim
Auxílios maiores para a saúde (gratuidade)	Sim	Não
Redução dos poderes do governo – cenário interno	Não	Sim
Restrições à imigração	Não	Sim
Foco na educação de excelência	Sim	Sim
Fortalecimento das forças armadas	Não	Sim
Previdência social pública	Sim	Não
Defesa dos direitos civis	Sim	Sim
Tamanho do Estado	Maior	Menor
Visão geral	Liberal	Conservadora
Menção ao termo “hegemonia monetária”	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em Republican Plataform (2016), Democrats (2022a, 2022b, 2022c, 2022d) e Gillespie County Gop (2023).

Com base no quadro 1, e nos pontos elencados até aqui, é possível perceber que, o partido democrata possui uma visão mais liberal no que tange a questões econômicas, sociais e de proteção aos direitos civis. Já em se tratando do partido republicano, essa visão é mais conservadora, defendendo uma redução do Estado, a livre iniciativa, os incentivos às empresas e um controle das ferramentas de produção por parte da iniciativa privada (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016; DEMOCRATS, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d; GILLESPIE COUNTY GOP, 2023).

Como já afirmado anteriormente, a hegemonia monetária, possui relação com o estabilizador da anarquia internacional em aspectos monetários. Ou seja, um líder, que busca a manutenção do comércio por meio de mercados abertos, o fornecimento de empréstimos, a manutenção das taxas de câmbio, garantia de políticas macroeconômicas e o comprometimento com o fornecimento de bens públicos indispensáveis para a manutenção da ordem econômica mundial e liberal. Legitimada pelos países que esse hegemon lidera (KINDLEBERGER, 1973; FIORI, 1999; FERNANDES, 2015; GONTIJO, 2020).

Na tentativa de relacionar a hegemonia monetária com os pontos até aqui elencados, pode-se dizer que, a compreensão da questão da hegemonia monetária internacional, perpassa os elementos partidários, sem ser pontuada com clareza. E, cada um dos partidos, têm interpretações diferentes da realidade. O que irá determinar as ações, no geral, é a avaliação dos atos que impactam na manutenção, ou não, da hegemonia monetária, a partir do prisma das bases partidárias.

Por exemplo, políticas comerciais que impliquem em um aumento dos acordos entre países, ampliam a influência dos EUA sobre os demais. Aumentando assim, a hegemonia monetária internacional. A partir do quadro 7, pode-se dizer que esse tipo de movimento, é esperado mais em governos democratas. Onde, por meio da expansão do diálogo e da presença norte-americana nas negociações, há o fortalecimento do comércio internacional. Outro caso, pode ser analisado, a partir de uma medida de ampliação dos investimentos nas forças armadas, cujo intuito é fortalecer a imagem internacional dos EUA e ampliar suas ações em eventuais guerras. Esse, tende a dialogar mais com a compreensão de hegemonia para os republicanos. É importante ressaltar aqui, que, apesar do investimento militar impactar em outra frente de hegemonia, por se tratar de uma expansão dos gastos, ou seja, uma ampliação do endividamento, é mencionado aqui, como um elemento de hegemonia monetária.

Dessa forma, pode-se verificar que, a relação entre os custos, tanto políticos quanto econômicos, de manutenção do dólar como moeda internacional, perpassam as premissas partidárias. Para que, a partir dessas, seja possível, uma análise da hegemonia monetária dos EUA. A quebra dessas premissas, impactará, mais, ou menos, na percepção do resultado líquido dessa relação. O tópico a seguir, tem a intenção de analisar os governos norte-americanos pós 1989, buscando relacionar as alterações políticas estadunidenses, as questões político-partidárias e a hegemonia monetária norte-americana.

A POLÍTICA NORTE-AMERICANA E A HEGEMONIA MONETÁRIA ESTADUNIDENSE – PÓS 1989

Em novembro de 1989, com a queda do Muro de Berlim e em dezembro de 1991, com a dissolução da URSS, os Estados Unidos se tornaram a única nação com condições

para liderar a construção de uma Nova Ordem Mundial, baseada na paz, democracia e prosperidade. Essa liderança deveria ser exercida a um custo menor do que o imputado ao longo da Guerra Fria, e para reestruturar o sistema mundial avançando sobre os ex-socialistas e controlando os aliados (VISENTINI, 2015). É importante ressaltar, conforme aponta Pecequilo (2001, p. 14), que "se por um lado a queda do Muro significara o apogeu do poder americano, ela também abria uma fase doméstica e externa de questionamento deste mesmo poder".

O quadro 2, divide o intervalo pós-queda do Muro de Berlim com relação às eleições realizadas, mandatos, presidentes e partidos que estiveram à frente da Casa Branca, bem como, se esses presidentes vieram de um antecessor de mesmo partido. A intenção com essa última informação é verificar se, do ponto de vista político, houve a perpetuação do poder e das bases partidárias no governo. Para melhor visualização, optou-se pela utilização da cor vermelha quando se tratava de informações referentes ao partido republicano e da cor azul quando se tratada do partido democrata.

Quadro 2 - Síntese dos presidentes dos EUA pós 1989

ELEIÇÃO	MANDATO	PRESIDENTE	PARTIDO	P. ANTERIOR
1988	1989-1993	George H. W. Bush (Bush pai)	Republicano	Republicano
1992	1993-1997	William J. Clinton (Bill Clinton)	Democrata	Republicano
1996	1997-2001	William J. Clinton (Bill Clinton)	Democrata	Democrata
2000	2001-2005	George Walker Bush (Bush filho)	Republicano	Democrata
2004	2005-2009	George Walker Bush (Bush filho)	Republicano	Republicano
2008	2009-2013	Barack Obama	Democrata	Republicano
2012	2013-2017	Barack Obama	Democrata	Democrata
2016	2017-2021	Donald John Trump	Republicano	Democrata
2020	2021-2025	Joseph Robinette Biden Jr.	Democrata	Republicano

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro 2, apresenta o seguinte cenário, de 1989 a 1993, George Herbert Walker Bush (Bush pai), do partido republicano governou os EUA. Ele foi sucessor do também republicano Ronald Regan. Diferente de Regan, Bush não conseguiu a manutenção dos republicanos à frente da Casa Branca, perdendo a eleição de 1992, para o democrata Bill Clinton. Bill Clinton governou os EUA de 1993 a 2001. Sua reeleição aconteceu no ano de 1996. Apesar de ter conseguido se reeleger, Clinton não conseguiu que Al Gore, candidato democrata, fosse eleito em 2000, assim, o republicano George Walker Bush (Bush filho), saiu como vitorioso. George W. Bush governou os EUA de 2001 a 2009, sua reeleição aconteceu em 2004. Tal qual Bill Clinton, Bush, também não conseguiu a perpetuação dos republicanos na Casa Branca por meio de John McCain, assim, Barack Obama, democrata, foi eleito para o mandato, 2009-2013. Obama foi reeleito em 2012, mantendo os democratas no poder, porém, na eleição de 2016, os republicanos retornaram com o presidente Donald Trump. Trump governou os EUA de 2017 até 2021, não obtendo a reeleição. Em 2020, Trump perdeu

a eleição para o atual presidente, o democrata Joe Biden. É possível perceber também que nos últimos trinta anos houve uma alternância de poder entre os democratas e os republicanos.

Em considerando o período analisado neste estudo, 1989-2022, é possível perceber que o mundo como um todo, enfrentou diversos problemas econômicos, guerras e até mesmo uma pandemia. Iniciando a análise pelo republicano H. W. Bush (1989-1993), cuja posse aconteceu em meio a uma recessão e a uma forte modificação do mundo, pode-se dizer que, por meio do fortalecimento militar, da expressão do poderio bélico, uma economia interna ainda não reestabelecida, a hegemonia norte-americana, em sua totalidade, foi mantida.

Em se tratando da hegemonia monetária norte-americana, para o período, H.W. Bush atuou na promoção do livre comércio e no estímulo à diplomacia. As custas de um endividamento elevado, aumento de impostos e, apesar de finalizar seu mandato com o aumento da violência nas cidades, pode-se dizer que, o governo atuou tanto no aumento da influência (cenário externo), quanto no aumento da autonomia (cenário interno).

O democrata Clinton, foi eleito com a expectativa de mudança, foco na ampliação do multilateralismo, uma atuação nas questões das minorias e da diversidade. Em seu governo, inicialmente, focou nas questões domésticas, porém, o ataque de 1993, trouxe a necessidade de se impor como hegemon internacional e atuar nas questões de segurança e contra a Al-Qaeda. Após os ataques, atuou, de fato, no fortalecimento dos EUA, enquanto líder mundial (PECEQUILO, 2013).

Com o crescimento da economia e a forte atuação na obtenção de um resultado positivo quanto ao orçamento público, o governo Clinton foi destaque quanto ao fortalecimento da autonomia norte-americana. Foi visto, inclusive, como o presidente com melhores resultados econômicos em tempos de paz. Em se tratando do fortalecimento da influência, a assinatura do NAFTA, a postura de dólar forte, e, o crescimento da participação dos dólares americanos como moeda de reserva internacional, são exemplos das ações voltadas para o crescimento da hegemonia monetária internacional norte-americana.

W. Bush, filho de H. W. Bush, republicano, assume o poder em 2001. Já no seu primeiro ano, os EUA sofrem os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, um questionar ao poderio e a hegemonia internacional norte-americanas (PECEQUILO, 2013). O mandato de Bush, segue, então, como uma guerra ao terror. Buscando, além da demonstração do poder bélico, a manutenção da hegemonia dos EUA.

Em se tratando especificamente das questões voltadas para a hegemonia monetária, em seu primeiro mandato, recusou-se a assinar diversos acordos multilaterais e atuou de maneira unilateral. Essas atitudes, tendem a enfraquecer a influência internacional dos EUA e, consequentemente, enfraquecem a hegemonia monetária norte-americana. Apesar disso, Bush foi reeleito em 2004. Aqui, é possível perceber que, ao selecionar as prioridades

governamentais, Bush foi coerente com o eleitorado em focar nas questões internas e na guerra ao terror. Outro aspecto que cabe ser destacado aqui, diz respeito a renúncia fiscal e ao aumento dos déficits públicos ao longo dos governos Bush. Esses, tentem a reduzir a autonomia.

Em seu segundo mandato, Bush assumiu uma postura mais multilateral, focada no fortalecimento das relações exteriores. Porém, o final do seu segundo mandato, é mais uma vez conturbado. Dessa vez, a crise era financeira. A crise subprime, atingiu o mundo todo em maior ou menor escala, porém, os EUA foram o epicentro do problema. Esse contexto, contribuiu para a derrota dos republicanos, a retomada dos democratas e um questionar dos demais países quanto à capacidade dos EUA de manter-se como hegemon monetário internacional. Visto que, o estabilizador não conseguiu reduzir o contágio da crise internacional enfrentada. Sendo essa, comparada a crise de 1929.

Nesse contexto, Obama, assume o poder. Sobel (2014), afirma que, a influência hegemônica em casos como o enfrentado por Obama, tende a limitar e a estabilizar um sistema que está em perturbação. Em outras palavras, as decisões do hegemon frente a cenários adversos evidenciam, a capacidade de gerência que esse possui. A gestão Obama, realizou fortes cortes das taxas de juros, altos investimentos, tanto nacionais quanto internacionais, atuou fortemente no socorro a pequenas empresas e aos desempregados. Externamente, países europeus que não haviam acessado recursos financeiros em anos anteriores, foram socorridos pelos EUA. Atuando assim, como de fato, um estabilizador e credor em última instância.

Após a crise subprime, a hegemonia monetária internacional não é mais como antes. A instabilidade e incerteza vivenciadas durante esses anos, somado ao crescimento de potências regionais (os BRICS, por exemplo), fazem do cenário internacional um ambiente ainda em definição. Visto que, esses, pressionavam os EUA por uma reforma no sistema internacional, buscando maior equidade. As potências emergentes, proporcionaram uma redução da concentração do poder, porém, o crescimento dessas, não foi suficiente para tomar o lugar dos EUA. E, nem a queda da economia norte-americana, verificada em 2008, tão relevante, para que, de fato, perdessem, a hegemonia monetária (PECEQUILO, 2013).

Krasner (1982), aponta que uma hegemonia declinante pode resultar em dois cenários. O primeiro, um enfraquecimento dos regimes, pois, sem uma liderança para a manutenção de princípios, normas e regras, o regime tende a não ser cumprido. Ou, com a diminuição da hegemonia, os demais países, podem passar a um processo de colaboração coletiva, onde, os até então, *free-riders*, remuneram os países provedores dos bens públicos coletivos.

Todo esse contexto, acrescido das problemáticas locais, fizeram que, tal qual o democrata Clinton, Obama não perpetuasse o partido na Casa Branca. Pode-se dizer, assim,

que o governo Obama, possibilitou para os EUA, um crescimento, tanto do ponto de vista da influência, quanto da autonomia. Porém, em se tratando da hegemonia monetária em si, a instabilidade vivenciada pelo sistema financeiro internacional e o crescimento de potências emergentes contribuíram para uma redução nessa hegemonia.

Outra semelhança é verificada ao se comparar os governos Clinton e Obama, diz respeito ao resultado eleitoral. Novamente, os democratas vencem no voto popular, porém, perdem no Colégio Eleitoral. O que, em dada medida, mostra que, apesar da hegemonia norte-americana estar mais abalada do que em governos anteriores (acadêmicos e políticos já afirmavam em 2016, que o mundo era ou estava caminhando para, uma realidade multipolar), havia uma parcela importante da população que apoiava as medidas, até tomadas. Nesse sentido, Helleiner (2017), afirma que, o equilíbrio entre os benefícios e os custos, no que diz respeito a postura hegemônica, pode variar em diferentes fases de ascensão ou queda da hegemonia.

O republicano Trump, com seu discurso unilateral, focado na revisão de acordos anteriormente assinados, principalmente em aspectos comerciais, inicia seu mandato na Casa Branca. A postura dele, demonstra que, as regras dos regimes internacionais e a estabilidade da política monetária interna, necessárias ao hegemon, agora, eram uma incógnita. E, consequentemente, a hegemonia, tanto monetária quanto a liderança global, estavam sob questionamento. Nesse sentido, Walter (2006), é enfático, afirmando que, há dois pré-requisitos para que a liderança monetária internacional aconteça, políticas monetárias internas conservadoras por parte do país líder, e um conjunto de acordos institucionais. O primeiro tem o intuito de dar estabilidade para as instituições políticas e econômicas nacionais. E, o segundo, visa facilitar o surgimento de mercados financeiros altamente desenvolvidos.

Em se tratando das questões políticas e institucionais, a visão partidária tende a trazer uma subjetividade na avaliação. Porém, como pontuou Wright (2016), em considerando todo o período analisado neste estudo, o único candidato contrário à manutenção dessa liderança por parte dos EUA, atuando foco de ação voltado iminentemente para questões internas, indicando o abandono desta postura e a adoção do America First, foi Donald Trump.

Ao longo do seu mandato, Trump teve que enfrentar a pandemia da COVID-19. Os EUA exerceram sua liderança monetária, cortando taxas, realizando acordos de swap, atuando na busca de evitar um colapso mundial. Porém, o governo Trump, é amplamente criticado em se tratando de sua postura negacionista quanto a própria pandemia. Demonstrando assim, a dificuldade em manter-se como líder global no combate de uma situação tão adversa como uma pandemia. Em um âmbito geral, o governo Trump manteve-se unilateral, desfazendo contratos anteriormente estabelecidos, e reduzindo a influência norte-americana no mundo.

Essa postura, contribuiu para um movimento já verificado antes da pandemia, o crescimento da multipolaridade. Esse mundo multipolar, é justificado, pelas reverberações da crise subprime e pela ascensão de potências emergentes, como China, Rússia, Índia e Brasil (NORRLÖF, 2020).

Trump não é reeleito, dando assim, espaço para o democrata Biden. Na busca por retomar a liderança mundial, Biden visa desmontar a era Trump e avançar mesmo sem consenso. Para isso, emite diversas ordens executivas (PECEQUILO, 2021). Seu governo é baseado na retomada do multilateralismo, no fortalecimento da imagem dos EUA perante os demais, como de fato, um líder mundial capaz de manter os EUA como líder mundial.

Por se haver analisado apenas meio mandato, ainda há muito em aberto no que diz respeito a hegemonia monetária norte-americana na gestão Biden, porém, o que já se pode afirmar, é que, os EUA, assumiram protagonismo no enfrentamento da COVID-19, e na busca por resgatar relações diplomáticas e comerciais. Apesar disso, grande parte das ações de Biden foi realizada para o mercado interno norte-americano.

Em se tratando da relação entre, as alterações políticas e a hegemonia monetária norte-americana, pode-se perceber uma conexão entre a visão partidária e as atitudes dos governantes.

Retomando os pontos, indicados por Kindleberger (1973), Gilpin (1985), e Fernandes (2015), onde, o detentor da hegemonia monetária internacional, deve exercer uma liderança, consciente ou não, buscando estabelecer padrões de condutas, assumindo os encargos das adversidades do sistema, a garantia de um ambiente voltado para o livre comércio e o fornecimento dos bens públicos no âmbito internacional. É possível afirmar que, os governos democratas contribuíram em maior escala para que a hegemonia monetária norte-americana fosse estabelecida e ampliada. Ao se considerar as questões de segurança e os gastos militares, enquanto um bem público, e, o poder militar, enquanto variável relevante para avaliar o potencial de influência monetária (NORRLÖF, 2019), pode-se dizer que, os republicanos, de maneira geral, atuaram na busca da ampliação da hegemonia monetária norte-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, diversos países se destacaram em exercer poder sobre os demais. Em outras palavras, em diferentes momentos históricos e a partir de diferentes recursos, os países se destacaram como Estados principais, o que, aqui chamou-se de hegemon. Em cada um dos momentos, a hegemonia foi exercida a partir de diferentes fontes de recurso, condizentes com o momento histórico vivenciado. O foco dessa pesquisa, os Estados Unidos, hegemon a partir da segunda metade do século, tem como principais recursos a escala econômica, liderança científica, técnica e tecnológica, a utilização dos regimes internacionais

e as alianças militares. Todo esse cenário, gerou e gera uma dependência mútua entre os diversos países que compõe o sistema monetário internacional, onde as decisões de um lado do globo, acabam por impactar as decisões tomadas do outro lado.

Analisando assim, as políticas implementadas pelos presidentes no período analisado, essas, em dada medida, representam os princípios defendidos pelos partidos ao qual são filiados. Apesar de haver mais partidos nos EUA, apenas dois possuem representatividade no Congresso e elegeram presidentes para o período analisado. São eles: os democratas e os republicanos. O partido democrata possui uma postura mais liberal com foco no multilateralismo. Já o partido republicano se posiciona de maneira mais conservadora, priorizando os anseios internos e unilaterais.

Verificou-se que, no geral, os presidentes democratas atuaram no estabelecimento de debates multilaterais, na utilização da diplomacia e do *soft power* para a condução e a manutenção dos regimes internacionais e da hegemonia monetária internacional. Já para os presidentes republicanos, apesar de em diversos casos sinalizarem para questões multilaterais, em sua maioria, priorizaram a segurança e os interesses dos EUA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, David M.. Introduction. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006a. p. 1-6.

ANDREWS, David M.. Monetary Power and Monetary Statecraft. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006b. Cap. 1. p. 7-30.

CHEY, Hyoung-Kyu. Theories of International Currencies and the Future of the World Monetary Order1. **International Studies Review**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 51-77, mar. 2012. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2486.2012.01104.x.

COHEN, Benjamin J.. **Organizing the world's money**: the political economy of international monetary relations. USA: Basic Books, 1977. 310 p.

COHEN, Benjamin. The macrofoundations of Monetary Power. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006. Cap. 2. p. 31-50.

COHEN, Benjamin J.. Currency and State Power. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 15-48, dez. 2009.

COHEN, Benjamin J.. **Currency Power:** Understanding monetary rivarly**.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

DEMOCRATS. **About the Democratic Party**. Disponível em https://democrats.org/who-we-are/about-the-democratic-party/. Acesso em: 14 jan. 2022a.

DEMOCRATS. **Who we serve**. Disponível em https://democrats.org/who-we-are/who-we-serve/. Acesso em: 14 jan. 2022b.

DEMOCRATS. **Our History**. Disponível https://democrats.org/who-we-are/our-history/. Acesso em: 14 jan. 2022c.

DEMOCRATS. **The charter & The bylaws:** of the democratic party os the United States. Disponível em: https://democrats.org/wp-content/uploads/2022/03/DNC-Charter-Bylaws-03.12.2022.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022d.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege:** The rise and fall of the dollar. New York: Oxford University Press, 2011.

FERNANDES, Marcelo Pereira. Sobre o fim da hegemonia dos Estados Unidos: uma análise conceitual. **Boletim Meridiano 47.** v. 16, n. 147, p. 3-10, jan-fev. 2015.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis. Rj: Vozes, 1999. p. 49-86.

GILLESPIE COUNTY GOP. **Republican Principles.** Disponível em: https://gillespiecountygop.org/republican_principles/ Acesso em: 05 dez. 2023.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Princeton: Cambridge University Press, 1981.

GONTIJO, Claudio. **A nova crise da hegemonia americana**. Editora Appris, 2020.

GOURINCHAS, Pierre-Olivier; REY, Hélène; GOVILLOT, Nicolas. Exorbitant Privilege and Exorbitant Duty Pierre-Olivier. **Imes Discussion Paper Series: Institute For Monetary and Economic Studies Bank of Japan.** Tokyo, Japan, p. 1-48. ago. 2010.

HELLEINER, Eric. Downsizing the Dollar in the Age of Trump? The Ambiguities of Key Currency Status. **Brown Journal of World Affairs** v. XXIII, n. II, p. 9–27, 2017.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. The future of the Dollar:: whither the key currency?. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (ed.). **The future of the dollar**. New York: Cornell University Press, 2009. p. 1-23.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S.. **Power and Interdependce**. 4. ed. New York: Longman, 2012.

KINDLEBERGER, Charles P.. **The World in Depression 1929-1939**. Berkeley: University Of California Press, 1973.

KINDLEBERGER, Charles P.. International Public Goods without International Government. **The American Economic Review**, [S.L.], v. 76 n. 1, p. 1-13, mar. 1986.

KRASNER, Stephen D. State Power and the Structure of International Trade. **World Politics,** v. 28, n. 3, p. 317-347, apr. 1976

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982a. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300018920.

MARQUES, Pedro Romero. Poder monetário internacional: uma tentativa de construção conceitual em economia política internacional. **Conjuntura Internacional**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 163-178, dez. 2016. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. http://dx.doi.org/10.5752/p.1809-6182.2016v13n3p163

NORRLÖF, Carla. **America's Global Advantage:** US Hegemony and International Cooperation. United Kingdom: Cambridge University Press, 2010.

NORRLÖF, Carla. Dollar hegemony: a power analysis. **Review of International Political Economy**, v. 21, n. 5, p. 1042-1070, 2014.

NORRLÖF, Carla. Is COVID-19 the end of US hegemony? Public bads, leadership failures and monetary hegemony. **International Affairs**, [S.L.], v. 96, n. 5, p. 1281-1303, 1 set. 2020. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1093/ia/iiaa134.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 195 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu . Biden e os Equilíbrios Possíveis: Progresso, Pragmatismo e Retrocesso. **TD. TEORIA E DEBATE**, v. 1, p. 1-2, 2021.

REPUBLICAN PLATFORM. **Resolution Regarding The Republican Party Platform**. USA: Republican National Committee, 2016.

SOBEL, A. C. Financial roots of hegemony, cooperation, and globalization. In: OATLEY, Thomas; WINECOFF, W. Kindred. (ed.). **Handbook of the international political economy of monetary relations**. Massachusetts: Edward Elgar, 2014. Cap. 2. p. 17-38.

STRANGE, Susan. **States and Markets.** 2. ed. Nova Iorque: Continuum, 1994. 266 p.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; POSE, Mirko. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 1-23, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/198055272215.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WALTER, Andrew. Domestic Sources of International Monetary Leadership. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006. Cap. 3. p. 51-71.